

RECURSO ESPECIAL Nº 1.461.160 - CE (2014/0145654-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **HERMOSA RUTH GIRÃO DE ARAÚJO**
ADVOGADO : **HELDER LIMA DE LUCENA - CE007195**
RECORRIDO : **UNIÃO**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por HERMOSA RUTH GIRÃO DE ARAÚJO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DNOCS. RESTABELECIMENTO DO VALOR DA VANTAGEM COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. LEI 11.314/2006. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. NÃO VIOLAÇÃO A ISONOMIA. DESCABIMENTO.

1.Trata-se de apelação cível e remessa obrigatória de sentença que julgou procedente o pedido contido na exordial para determinar a UNIÃO o restabelecimento do valor da vantagem 'complementação salarial', paga sob a rubrica 'sentença judicial Tran Jug', mantendo-se a mesma estrutura de cálculo fixada no art. 9º, § 1º, da Lei 11.314/2006, isto é, o percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico da autora.

2. No caso dos autos, verifica-se que a autora, servidora oriunda do DNOCS redistribuída para os quadros do Ministério da Fazenda, não fez a opção para mudança da rubrica denominada complementação salarial, permanecendo a perceber a vantagem nos mesmos percentuais fixados na Lei nº 11.314/2006, a qual sempre foi paga no patamar de 100% de seu vencimento básico, sendo que a partir de JUN/2008 fora alterada unilateralmente a forma de cálculo da rubrica, a qual não é mais paga no montante de 100% sobre seu vencimento básico, mas sim em valor fixo de R\$ 565,45.

3. Consoante inúmeros precedentes do STJ, não há direito adquirido de servidor que teve carreira reestruturada a manter o pagamento de vantagem decorrente de decisão judicial de forma parametrizada e percentualmente vinculada a vencimento básico.

4. Por outro lado, conforme a certidão acostada, nenhum servidor do DNOCS recebe a rubrica atrelada ao vencimento base, salvo por decisão judicial.

5. Vale ressaltar, que não existe título judicial transitado em julgado que determine expressamente o pagamento das parcelas relativas à chamada 'complementação salarial' de forma permanentemente parametrizada, inclusive sobre parcelas remuneratórias objeto de Leis posteriores à sentença, como é o caso da Lei 11.314/2006

6. Desta feita, não merece guarida a pretensão da autora de ter restabelecida a integralidade do valor da vantagem complementação salarial, devendo a referida , parcela permanecer com valor fixo, sujeito apenas a reajustes gerais.

Apelação da UNIÃO e remessa obrigatória providas" (fls. 416/417e)

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 419/426e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SERVIDOR. DNOCS. RESTABELECIMENTO DO VALOR DA VANTAGEM COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. REJEIÇÃO.

1. Ausentes os requisitos de omissão, contradição ou obscuridade, não merecem acolhimento os embargos declaratórios opostos tão somente no desiderato de infringir julgado proferido por órgão fracionário desta e. Corte.

2. O recorrente insurge-se contra a interpretação e os fundamentos que foram adotados por esta Corte, quando do julgamento do recurso de apelação interposto, não dando ensejo ao acolhimento dos embargos de declaração neste particular.

3.Os embargos declaratórios, ainda, que opostos no nítido interesse de prequestionamento, não se prestam a rediscutir matéria já analisada por ocasião do julgamento do recurso.

Embargos de declaração rejeitados" (fl. 456e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73, 9º, §§ 1º e 2º, da Lei 11.314/2006, e 6º, §2º, da LINDB, sustentando a nulidade do acórdão recorrido, em face de omissão, e, no mérito, o seguinte:

"3.2 DA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 9º, §§ 1º E 2º, DA LEI Nº 11.314/2006

(...)

3.2.5 O v. Acórdão violou direta e frontalmente a regra inserta no artigo 9º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.314/2006.

3.2.6 A Lei nº 11.314/2006 (artigo 9º, § 1º) assegurou aos servidores do DNOCS, de onde a recorrente foi redistribuída para a recorrida levando incorporadas aos seus vencimentos a mesma vantagem obtida judicialmente, o direito ao recebimento da vantagem 'Complementação Salarial' de que trata o Decreto-Lei nº 2.438/88, nos percentuais de 100% (CEM POR CENTO) do vencimento básico dos servidores de nível superior e de 70% (setenta por cento) do vencimento básico dos servidores detentores de nível médio, a saber:

(...)

3.2.7 A referida norma, além de assegurar o direito à continuidade do pagamento da "Complementação Salarial", fixou, também, a sua base de cálculo nos percentuais de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico dos ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) do vencimento básico dos ocupante de cargos de nível médio.

3.2.8 Nessa toada, fica claro que, embora o art. 9º, *caput*, da referida Lei tenha afirmado que o valor da vantagem Complementação Salarial continuará sendo pago aos servidores do DNOCS, na forma de VPNI, o seu § 1º disciplinou, expressamente, o valor da referida VPNI nos percentuais de 100% (cem por cento) do vencimento básico dos servidores de nível superior e de 70% (setenta por cento) do vencimento básico dos servidores de nível médio.

3.2.9 Pode-se inferir, com isso, que o legislador instituiu, nos termos do § 1º acima transcrito, a criação de uma ESPÉCIE SUI GENERIS DE VPNI, porquanto, por meio da referida norma jurídica, cuidou de estabelecer a sua base de cálculo, vinculando-a aos percentuais de 100% e 70% dos vencimentos básicos dos servidores, afastando-se, assim, da regra comum de atualização geral dos vencimentos.

3.2.10 De outra banda, ao decidir o v. Acórdão que 'No caso dos autos, verifica-se que a autora, servidora oriunda do DNOCS, redistribuída para os quadros do Ministério da Fazenda, não fez a opção para mudança da rubrica denominada complementação salarial, permanecendo a perceber a vantagem nos mesmos percentuais fixados na Lei nº 11.314/2006, a qual sempre foi paga no patamar de 100% de seu vencimento básico, sendo que a partir de JUN/2008 fora alterada unilateralmente a forma de cálculo da rubrica, a qual não é mais paga no montante de 100% sobre seu vencimento básico, mas sim em valor fixo de R\$ 565,45.' laborou em desacerto, porque a

mencionada Lei nº 11.314/2006, ao contrário do que decidiu o v. Acórdão, estabeleceu que a partir de sua publicação a '... § 1º A vantagem pessoal nominalmente identificada de que trata o caput deste artigo será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível médio, e não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação.'

3.3.11 O fato da vantagem estar sendo paga à autora por força de sentença judicial não dá à Administração Pública o direito de se afastar da base de cálculo e do percentual (100% estabelecido em lei para o referido benefício.

3.3.12 Por outro lado, é importante ressaltar que a opção prevista no § 2º do artigo 9º da Lei nº 11.314/2006, não retira do servidor, que percebe a 'Complementação Salarial' por força de sentença judicial transitada em julgado, o direito aos percentuais nelas fixados e estabelecidos para o seu pagamento.

3.3.13 A opção teve como único objetivo evitar a percepção em duplicidade da complementação salarial com outra vantagem de mesma natureza jurídica e origem. E tanto o foi que o artigo 1º da mesma Lei nº 11.314/2006 ratificou a continuidade do pagamento da 'Complementação Salarial' e a sua sistemática de cálculo.

3.3.14 Não tem sentido uma mesma vantagem ser paga com base de cálculo diferente. Ao tratar a recorrente (por auferir a 'Complementação Salarial' por força de sentença judicial transitada) diferentemente daqueles outros servidores que percebem a mesma vantagem administrativamente, utilizando dois pesos e duas medidas, a promovida, além de perpetrar uma descabida e inaceitável discriminação entre os seus servidores (CF, 5º, *caput*), malfere direito adquirido (artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; e CF, 5º, XXXVI).

3.3.15 A Lei nº 11.314/2006 não estabeleceu outra forma de reajuste da vantagem 'Complementação Salarial', a não ser os percentuais nela previstos atrelados ao vencimento básico dos servidores.

3.3.16 Laborou, pois, com engano o v. Acórdão ao pretender que a vantagem seja paga à autora em valor nominal fixo, quando a Lei que a institui e que disciplina o seu pagamento estabelece a sua forma de cálculo no percentual de 100% do vencimento básico.

3.3.17 **IMPORTANTE.** Insta frisar, ademais, que, em momento algum o § 1º, do art. 9º, da Lei nº 11.314/2006, dispôs que os percentuais nele fixados estariam limitados aos valores dos

vencimentos básicos vigentes na data de sua publicação ou coisa parecida ou que somente seriam aplicados aos servidores que não tivessem obtido a mesma vantagem por força de sentença judicial, como assim tem feito entender o v. Acórdão recorrido.

3.3.18 Por consequência, não tendo a lei excluído de sua incidência aqueles servidores que percebem a mesma vantagem por força de decisão judicial, não pode o v. Acórdão fazê-lo.

3.3.19 Cumpre mencionar, nesse contexto, a necessidade de ser conferido cumprimento ao princípio elementar de hermenêutica, segundo o qual não é dado ao intérprete restringir ou fazer distinção onde a lei não o faz.

3.3.20 Isso, porque a Lei nº 11.314, em seu art. 9º, § 1º, assegurou que (a) o valor da 'complementação salarial', de que trata o Decreto-Lei nº 2.438/88, continuará sendo pago aos servidores do DNOCS e (b) que será calculado sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) do vencimento básico para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) do vencimento básico para os de nível médio, ainda que sob a forma de VPNI.

3.3.21 Com isso, a partir da edição da Lei nº 11.314/2006, a 'Complementação Salarial', quer sob a denominação de VPNI, quer a vantagem venha sendo percebida por força de decisão judicial ou mesmo administrativamente, deve vincular-se ao vencimento básico do servidor nos percentuais previstos pelo seu art. 9º, § 1º, e não limitar-se o cálculo da referida vantagem ao valor nominal, como pretendido pela recorrida e, agora, cancelado pelo v. Acórdão guerreado.

3.3.22 A Lei 11.314/06 (9º, § 1º) cravou a sua forma de cálculo, afastando-o dos reajustes gerais de vencimento dos servidores públicos. Cuida-se, pois, de vantagem cuja forma de reajuste está estabelecida em norma específica.

3.3.23 Com isso, a VPNI instituída pela Lei nº 11.314/2006 (artigo 9º, § 1º) deverá ser cumprida segundo o seu próprio regramento instituído pelo legislador em sua especificidade, no caso, quantificada em percentual sobre o vencimento básico. É o que dispõe a referida norma.

3.3.24 Desta forma, fica claro que o v. Acórdão, violou diretamente o artigo 9º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 11.314/2006, que (a) não fez distinção entre servidores que percebem a mesma vantagem, quer administrativa, quer judicialmente (b) estabeleceu a base de cálculo da vantagem "complementação salarial" nos percentual de 100% do

vencimento básico auferido pela recorrente.

3.3.25 DA SUPERVENIÊNCIA DA LEI Nº 12.716, DE 21/09/2012 (ARTIGO 14, PARÁGRAFO ÚNICO). CONFIRMAÇÃO DA PARAMETRIZAÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI Nº 11.314/2006.

3.3.25.1. Ressalte-se, por oportuno, que, supervenientemente ao v. Acórdão recorrido, o Poder Executivo Federal editou e publicou a Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, em cujos termos confirmou a tese da recorrente, no que se refere à parametrização da vantagem 'Complementação Salarial' de que trata a Lei nº 11.314/2006 (artigo 9º, § 1º), nos seguintes termos:

(...)

3.3.25.2. Verifica-se, pois, da dicção da referida norma que não há mais dúvidas quanto ao direito da recorrente ao recebimento da vantagem com base na estrutura de cálculo vigente até o mês de FEVEREIRO/2012, isto é, no percentual de 100% (cem por cento) do vencimento básico para os ocupantes de cargos de nível superior.

3.3.25.3. Nos termos do Parágrafo único do artigo 14 da referida Lei 12.716/2012, a vantagem somente estaria sujeito aos reajustes gerais de vencimento a partir do mês de MARÇO/2012. No período compreendido entre a Lei nº 11.314/2006 e a entrada em vigor da Lei nº 12.716/2012, a base de cálculo da vantagem é o vencimento básico do cargo em que esteve posicionado o servidor até o mês de FEVEREIRO/2012, ocorrendo a partir daí a incidência dos reajustes gerais de vencimento.

3.3.26 O v. Acórdão reconhece a incidência dos percentuais instituídos pela Lei nº 11.314/2006 (art. 9º, § 1º), porém lhe nega consequência prática ao impor uma limitação que a própria norma não o faz. E tanto não estabeleceu tal limitação que o Poder Executivo editou a Lei nº 12.716/2012 (artigo 14, Parágrafo único) para fixar o critério dos reajustes gerais de vencimento a partir de FEVEREIRO/2012.

3.4 DA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 6º, § 2º, DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. DIREITO ADQUIRIDO

3.4.1.- Ao afirmar que '...não há direito adquirido de servidor que teve carreira reestruturada a manter o pagamento de vantagem decorrente de decisão judicial de forma parametrizada e percentualmente vinculada a vencimento básico...', o v. Acórdão viola o comando do artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no que se refere ao direito adquirido.

3.4.2.- Conforme sobejamente demonstrado, a vantagem denominada

de 'Complementação Salarial', instituída pelo Decreto-Lei nº 2.438/88, foi ratificada pela Lei nº 11.314, de 03 de julho de 2006, que estabeleceu a sua base de cálculo no valor correspondente a 70% (setenta por cento) do vencimento-básico dos servidores ocupantes de cargo de nível médio e 100% (cem por cento) do vencimento básico para os detentores de cargo de nível superior.

3.4.3 Com o advento da referida Lei nº 11.314/2006 (ora ratificado com a Lei nº 12.716/2012), foram dissipadas todas as dúvidas quanto a legalidade do pagamento da vantagem "Complementação Salarial" de que trata o Decreto-Lei nº 2.438/88 e seus percentuais, haja vista o texto legal assegura que (a) o valor da 'complementação salarial' de que trata o Decreto-Lei nº 2.438/88 continuará sendo pago aos servidores e (b) que será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível médio.

3.4.4 Diante disso, é facilmente perceptível que o pleito da recorrente está respaldado integralmente no ordenamento jurídico.

3.4.5 A recorrente tem direito adquirido à integralidade do pagamento da vantagem 'Complementação Salarial' prevista no Decreto-Lei nº 2.438/88, cujo percentual para o servidor detentor de cargo médio é de 70% do vencimento básico, consoante lhes é assegurado por força da Lei nº 11.314/2006 e, também, por força de sentença judicial.

3.4.6 Com isso, é inegável que o v. Acórdão, ao negar à recorrentes a parametrização da vantagem assegurada por lei, viola, de modo frontal, artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (direito adquirido).

4. DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.

Todas as jurisprudências colacionadas pelo recorrido no presente feito não têm aplicação ao caso da recorrente, porque, conforme se disse alhures, essa matéria referente à 'Complementação Salarial' dos servidores do DNOCS e daqueles redistribuídos para outros Órgãos, à luz da nova legislação (Lei nº 11.314/2006, artigo 9º, § 1º e Lei nº 12.716/2007, artigo 14, Parágrafo único), não foi, ainda, objeto de decisão por parte desse colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Portanto, cuida-se de matéria nova.

5.- Assim, outro caminho não resta à recorrente, senão alimentar a justa esperança de que essa colenda Corte Superior de Justiça aplique o seu efficientíssimo corretivo, restabelecendo a ordem jurídica violada, em socorro da recorrente, que confia no notável saber jurídico e espírito de Justiça que norteia o eminente Relator e os demais

membros dessa Corte" (fls. 468/474e).

Por fim, requer:

"a) o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial para o fim de ser cassado o r. acórdão vergastado, com fundamento na CF/88, 105, III,'a' em face da negativa de vigência aos artigos 458, II, e art. 535, II do CPC, consoante minudentemente demonstrado;

b) cassado o acórdão recorrido, seja determinando o retorno dos autos ao Eg. TRF-5º Região para que sejam julgados pelo mérito os embargos declaratórios, expressamente se manifestando sobre as omissões neles apontadas, decidindo as questões federais neles suscitadas, a saber: artigo 5º, *caput* (isonomia de tratamento) da Constituição Federal; e 5º, XXXVI, da Constituição Federal (direito adquirido) e o artigo 37, XV, da CF/88, que cuida da irredutibilidade de vencimentos.

alternativamente, acaso essa colenda Corte entenda prequestionada a matéria, o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial, para o fim de ser cassado o v. Acórdão objurgado, por manifesta contrariedade ao estabelecido nos §§ 1º e 2º do artigo 9º, da Lei nº 11.314/2006, e violação ao artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no que se refere ao direito adquirido, para o fim de restabelecer integralmente a v. sentença monocrática, que julgou procedente a ação, tudo por ser de direito e em nome dos bons ditames da JUSTIÇA" (fls. 474/475e).

Contrarrazões a fls. 492/500e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 514e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrente, objetivando "o restabelecimento definitivo da integralidade do pagamento do valor da 'Complementação Salarial' de que trata o Decreto-Lei nº 2.438/88 e a Lei nº 11.314/2006 (artigo 99, § 19) paga sob rubrica 'SENTENÇA JUDICIAL TRAN JUG', mantendo-se a mesma estrutura de cálculo fixada na Lei nº 11.314/2006 (artigo 90 § 12), isto é, o percentual de 100% (CEM POR CENTO) do vencimento básico da autora, bem como condenação do pagamento das diferenças em atraso e indevidamente retidas pela promovida no período de JUNHO/2008 até a data da efetivo restabelecimento integral do valor da vantagem, tudo com juros e correção monetária de lei" (fl. 23e).

Julgada procedente a demanda, recorreu a ré, tendo sido reformada a

sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

No mais, verifica-se que a Corte de origem se pronunciou sobre a matéria controversa nos seguintes termos:

"Trata-se de apelação cível e remessa obrigatória de sentença que julgou procedente o pedido contido na exordial para determinar a UNIÃO o restabelecimento do valor da vantagem 'complementação salarial', paga sob a rubrica 'sentença judicial Tran Jug', mantendo-se a mesma estrutura de cálculo fixada no art.9º, § 1º, da Lei 11.314/2006, isto é, o percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico da autora. O eminente Desembargador Federal Convocado Frederico Pinto de Azevedo já teve a oportunidade de apreciar caso símile perante a e. Primeira Turma, o qual peço vênha para transcrever a seguir a título de paradigma:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. SERVIDORES PÚBLICOS INATIVOS DO DNOCS. VANTAGEM DESIGNADA DE 'COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL'. LEI Nº 11.314/2006. FORMA DE CÁLCULO. DISTINÇÃO ENTRE OPTANTES E NÃO-OPTANTES. ALEGAÇÕES DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA E AOS PRINCÍPIOS DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS E DA ISONOMIA. NÃO ACATAMENTO. PROVIMENTO DO

RECURSO. PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL.

1. Agravo de instrumento contra decisão de deferimento do pedido de liminar, consistente em assegurar a servidores público inativos do DNOCS, em vista de decisum judicial transitado em julgado, o pagamento da rubrica denomina 'COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL', parametrizada, em valor correspondente a 70% do vencimento básico, para os ocupantes de cargo de nível médio, e a 100% do vencimento básico, para os ocupantes de cargo de nível superior, adotando-se, destarte, em favor dos não-optantes, sistemática de cálculo análoga à aplicada aos servidores públicos que optaram nos moldes da Lei nº 11.314/2006 (art. 9º, parágrafo 2º).

2. Autarquia federal que sustenta: i. a ilegitimidade passiva *ad causam*

da autoridade apontada como coatora, bem como a incompetência da Justiça Federal, já que o DNOCS teria atuado como mero executor da ordem do TCU; e, no mérito, ii. a impossibilidade de tratamento idêntico entre optantes e não-optantes pela sistemática da Lei nº 11.314/2006, pois os não-optantes deveriam passar a receber a rubrica mencionada em valor nominal fixo, retroagindo ao valor do vencimento básico de dezembro/2008.

3. O STJ tem precedentes no sentido de que "o executor material de determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal não detém legitimidade para figurar no polo passivo de mandado de segurança, na medida em que sua atuação limita-se ao cumprimento da ordem expedida. Inaplicabilidade da teoria da encampação" (STJ, 5T, RMS 29773/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, j. em 20.10.2009, DJe 02.08.2010). *In casu*, contudo, não se pode falar em mera execução, porquanto o Acórdão nº 2.161/2005, do TCU, invocado pelo DNOCS para justificar a forma de cálculo discutida, concerne a vantagens decorrentes de planos econômicos, o que não corresponde à hipótese telada, já que está em debate a vantagem complementação salarial, à qual o DNOCS estendeu a interpretação fixada pelo TCU no acórdão citado. De mais a mais: 'Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática' (parágrafo 3o, do art. 6º, da Lei nº 12.016/2009). Rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*.

4. Reza, o art. 9º, da Lei nº 11.314/2006: 'Art. 9º O valor da complementação salarial de que trata o Decreto-Lei no 2.438, de 26 de maio de 1988, continuará sendo pago aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada./parágrafo 1º A vantagem pessoal nominalmente identificada de que trata o caput deste artigo será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível médio, e não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação./parágrafo 2º A vantagem pessoal nominalmente identificada referida no caput deste artigo não poderá ser paga cumulativamente com outra parcela de idêntica origem ou natureza decorrente de decisão judicial, facultada a opção de forma irretratável, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência desta Lei'.

5. A Lei nº 11.314/2006, ao restabelecer o pagamento da vantagem "complementação salarial", previu tratamentos díspares para optantes e não-optantes pela sistemática então definida. Aos optantes, previu-se uma forma de cálculo da parcela (continuação da percepção da rubrica segundo a sistemática de pagamento em 100% para os ocupantes de cargos de nível superior e em 70% para os de nível médio), ficando os não-optantes com a forma de cômputo derivada de sua não-opção, ou seja, decorrente do título autorizador do pagamento da vantagem.

6. O princípio da isonomia impõe tratamento igual aos que se encontrem na mesma situação, do que se extrai que concretiza o princípio da igualdade o tratamento desigual para os que se encontrem em posições desiguais, na medida da desigualdade, na lição clássica de Celso Antônio Bandeira de Mello.

7. 'O servidor sempre faz a opção que lhe parecer ser mais vantajosa; e deve arcar com as consequências decorrentes da sua escolha. Assim, aqueles que optaram por continuar a perceber a vantagem sob o rubrica de 'decisão judicial', não mais poderiam reivindicar a forma de cálculo disposta na Lei nº 11.314/2006, posto que, por opção, não estariam submetidos ao seu regramento./Inexiste irregularidade ou ilegalidade no ato administrativo que, por ocasião da implantação dos novos

padrões remuneratórios decorrentes da Lei nº 11.784/2008, determinou, para aqueles que não fizeram a opção da Lei 11.314/06, que a vantagem paga sob a rubrica 'decisão judicial' fosse transformada em 'valor nominal fixo', até porque em conformidade com decisão do TCU - Acórdão 2.161/2005" (TRF5, 3T, APELREEX 10916/CE, Rel. Des. Federal Geraldo Apoliano, j. em 1º.07.2010).

8. 'Ao pronunciar juízos de certeza sobre a existência, a inexistência ou o modo de ser das relações jurídicas, a sentença leva em consideração as circunstâncias de fato e de direito que se apresentam no momento da sua prolação. Tratando-se de relação jurídica de trato continuado, a eficácia temporal da sentença permanece enquanto se mantiverem inalterados esses pressupostos fáticos e jurídicos que lhe serviram de suporte (cláusula rebus sic stantibus). Assim, não atenta contra a coisa julgada a superveniente alteração do estado de direito, em que a nova norma jurídica tem eficácia ex nunc, sem efeitos retroativos. Precedentes da CE e de Turmas do STJ./No caso, a superveniente Lei 10.475/02, dispondo sobre os vencimentos de servidores públicos, operou a absorção dos valores anteriores, inclusive o das vantagens asseguradas por sentença, mas preservou a irredutibilidade mediante o pagamento de eventuais diferenças como direito individual (art. 6º). Legitimidade da norma, conforme decisão do STF, adotada como fundamento do ato atacado" (STJ, Corte Especial, MS 11045/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, j. em 03.02.2010, DJe 25.02.2010). *In casu*, não há elementos probatórios demonstrativos de decesso remuneratório.

9. Pelo provimento do agravo de instrumento.

10. Prejudicado o agravo regimental interposto contra decisão atributiva de efeito suspensivo ao recurso. (TRF –5ª Região, Primeira Turma, Relator Frederico Pinto de Azevedo (convocado) AG107302/CE, DJU: 07/10/2010)

Na hipótese vertente, a autora, servidora oriunda do DNOCS, redistribuída para os quadros do Ministério da Fazenda, pretende obter em seu favor provimento judicial que determine o reajuste da rubrica 'sentença judicial tran julg' que compõe a sua remuneração.

Aduz que a citada rubrica provém de ação judicial que lhes assegurou o pagamento de 'complementação salarial' a qual

sempre foi paga no patamar de 100% de seu vencimento básico.

Afirma ainda que a partir de JUN/2008 fora alterada unilateralmente a forma de cálculo da rubrica, a qual não é mais paga no montante de 100% sobre seu vencimento básico, mas sim em valor fixo de R\$ 565,45.

No caso dos autos, verifica-se que a autora não fez a opção para mudança da rubrica, permanecendo a perceber a vantagem nos mesmos percentuais fixados na Lei nº 11.314/2006.

Entretanto, consoante inúmeros precedentes do STJ, não há direito adquirido de servidor que teve carreira reestruturada a manter o pagamento de vantagem decorrente de decisão judicial de forma parametrizada e percentualmente vinculada a vencimento básico.

Por outro lado, conforme a certidão acostada, nenhum servidor do DNOCS recebe a rubrica atrelada ao vencimento base, salvo por decisão judicial.

Vale ressaltar, que não existe título judicial transitado em julgado que determine expressamente o pagamento das parcelas relativas à chamada 'complementação salarial' de forma permanentemente parametrizada, inclusive sobre parcelas remuneratórias objeto de Leis posteriores à sentença, como é o caso da Lei 11.314/2006.

Assim, acosto-me ao precedente supra mencionado para entender que a parcela percebida pela autora deve permanecer com valor fixo, sujeito apenas a reajustes gerais e ser gradualmente absorvida.

Posto isso, dou provimento à apelação da UNIÃO e à remessa obrigatória para julgar improcedente a pretensão da autora. Deixo de inverter o ônus da sucumbência em face da condição de beneficiária da Justiça Gratuita da autora" (fls. 410/414e).

Nesse contexto, faz-se necessária a reforma do julgado, porquanto, na linha dos precedentes do STJ, a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, embora, em regra, somente tenha seu valor revisto pelos índices de reajuste geral da remuneração dos servidores públicos federais, pode, de maneira excepcional, ser reajustada mediante outros critérios, desde que previstos em Lei.

É o caso da presente controvérsia, haja vista a dicção do art. 9º, § 1º, da Lei 11.314/2006, **in verbis**:

"Art. 9º O valor da complementação salarial de que trata o

Decreto-Lei nº 2.438, de 26 de maio de 1988 , continuará sendo pago aos servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, na forma de vantagem pessoal nominalmente identificada. (Vide Lei nº 12.716, de 2012)

§ 1º A vantagem pessoal nominalmente identificada de que trata o caput deste artigo será calculada sobre o vencimento básico da classe e padrão em que o servidor esteja posicionado, nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os de nível médio, e não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação"

Sucedede que a Lei 12.716/2012, em seu art. 14, alterou a fórmula de reajuste aplicável à VPNI de que cuida a norma supratranscrita, confirmando a incidência da sistemática anterior até fevereiro de 2012. Reproduzo o teor do artigo:

"Art. 14. A Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI de que trata o art. 9º da Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, a partir de 1º de fevereiro de 2012, será devida nos percentuais de 100% (cem por cento) para os ocupantes de cargos de nível superior e de 70% (setenta por cento) para os ocupantes de cargos de nível intermediário, incidentes sobre o vencimento básico do respectivo padrão em que o servidor encontrava-se posicionado em 1º de fevereiro de 2012.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo não servirá de base de cálculo para nenhuma outra vantagem ou gratificação e será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas na Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza e estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais"

A solução ora adotada já foi perfilhada por ambas as Turmas que compõem a Primeira Seção do STJ, como ilustram os seguintes arestos:

"RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 2/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ADMINISTRATIVO. DNOCS. 'COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL' CONVERTIDA

EM VPNI. BASE DE CÁLCULO. VENCIMENTOS DE FEVEREIRO DE 2006. REAJUSTES APENAS PELOS ÍNDICES GERAIS DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Na hipótese dos autos, os recorridos impetraram mandado de segurança, com pedido liminar de antecipação de tutela, contra ato do Diretor Administrativo do DNOCS que determinou o salário de fevereiro de 2006 como base de cálculo fixa da Vantagem Pessoal Nominal Identificada (VPNI) regulada pelo art. 9º, §§ 1º e 2º, da Lei n. 11.314/2006.

2. O Tribunal de origem, em sede de apelação, reformou a sentença para dar provimento à segurança requerida ao salientar a mudança da base de cálculo da VPNI na medida do aumento dos vencimentos dos servidores com base no art. 9º, § 1º, da Lei n. 11.314/2006.

3. Apesar do Tribunal de origem ter asseverado a necessidade de observação do enunciado normativo do art. 9º, § 1º, da Lei n. 11.314/2006 no caso dos autos, o acórdão *a quo* deve ser reformado, pois a melhor interpretação da norma inerente a esse dispositivo é a realizada pela sentença.

4. Tal como destacado na sentença, a quantia devida à parte recorrida se deu com a criação de uma vantagem pessoal nominalmente identificada. Apesar de ser uma recriação (ou até mesmo uma evolução) da complementação salarial, a interpretação de normas jurídicas deve ser realizada a partir de uma visão sistemática e lógica de todo o ordenamento. Assim, uma vantagem nominalmente identificada, salvo disposição legal expressa em sentido contrário, não tem sua base de cálculo alterada com a progressão do servidor.

5. Existe fato novo a ser considerado na solução da lide. A Lei n. 12.716/2012, que entrou em vigor em data posterior à impetração do mandado de segurança, modificou a base de cálculo da VPNI decorrente da 'complementação salarial'.

6. Por incidência normativa expressa do art. 14, caput e § 1º, da Lei n. 12.716/2012: i) a base de cálculo da VPNI em exame, a partir de 21 de setembro de 2012, é formada a partir do vencimento básico do padrão em que o servidor encontrava-se posicionado em 1º de fevereiro de 2012 nos percentuais de 100% para os ocupantes de nível superior e de 70% para os ocupantes de cargos de nível intermediário; ii) o valor da VPNI será gradualmente absorvido em razão de progressão do servidor ou de reorganização ou da reestruturação dos cargos;

e iii) a atualização da VPNI estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

7. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.477.506/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/06/2016).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. DNOCS. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. VANTAGEM PESSOALMENTE NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL. ATUALIZAÇÃO. LEI 12.716/2012. AGRAVO INTERNO DO DNOCS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Por incidência normativa expressa do art. 14, caput e § 1º. da Lei 12.716/2012: (i) a base de cálculo da VPNI em exame, a partir de 21 de setembro de 2012, é formada a partir do vencimento básico do padrão em que o Servidor encontrava-se posicionado em 1º de fevereiro de 2012 nos percentuais de 100% para os ocupantes de nível superior e de 70% para os ocupantes de cargos de nível intermediário; (ii) o valor da VPNI será gradualmente absorvido em razão de progressão do Servidor ou de reorganização ou da reestruturação dos cargos; e (iii) a atualização da VPNI estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos Servidores Públicos Federais (REsp. 1.477.506/CE, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 23.6.2016).

2. Agravo Interno do DNOCS a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.478.567/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 04/02/2019).

Em juízo monocrático, confirmam-se ainda: STJ, AgInt no REsp 1.482.030/CE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/09/2018; STJ, AgInt no REsp 1.409.149/CE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 05/02/2019; STJ, AgInt no REsp 1.427.483/CE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/10/2019.

Cumpre acrescentar que, apesar de a Lei 12.716/2012 não haver sido debatida pelo Juízo de 2º Grau, carecendo de prequestionamento, sabe-se que, "conhecido o recurso especial, esta Corte detém cognição ampla para o julgamento da lide, podendo, ao aplicar o direito à espécie, levar em consideração fatos novos, extintivos do direito de uma das partes, ocorridos posteriormente ao ajuizamento da ação, nos termos

do art. 462 do CPC/73 (art. 493 do CPC/15)" (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1.327.956/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 03/08/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de que, a partir de 21 setembro de 2012, a VPNI seja calculada no percentual de 100% sobre o vencimento básico do padrão em que o servidor se encontrava posicionado em 1º de fevereiro de 2012, com valor a ser gradualmente absorvido em razão de progressão ou de reorganização ou da reestruturação dos cargos e sujeito exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, na forma do art. 14 da Lei n. 12.716/2012, restabelecendo a sentença para condenar a parte ora recorrida em custas e em honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) do valor da condenação.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora